

A ESTRUTURA DO SIGNO TOPONÍMICO

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

Uma das grandes dificuldades que cercaram o conceito da Toponímia como disciplina autônoma foi, exatamente, o problema da delimitação de seu campo de trabalho e a caracterização de seu objeto específico.

As diferentes nuances significativas que dão forma ao nome de lugar, e as mais diversificadas informações que dele se pode depreender, acabariam por tornar a matéria um repositório de fatos culturais de amplitude considerável. Disso decorreu, evidentemente, o virtual empecilho em situá-la em um ramo distinto do conhecimento humano. Para muitos, suas questões poderiam, sem dúvida alguma, e com igual êxito, se inscrever nos quadros da História, da Geografia, ou das Ciências Sociais, por exemplo, e por elas serem solucionadas.

É certo que, em qualquer uma dessas perspectivas, realiza-se uma análise de fatos toponímicos, bastando, para tanto, a comprovada formação intelectual do pesquisador e a inclinação natural de seu espírito crítico. Mas é certo também que, em nenhuma dessas posições, tomadas isoladamente ou com exclusivismo, será possível atingir a plenitude do fenômeno toponomástico, em seu conjunto. Isto porque é lícito considerar-se a Toponímia, antes de tudo, como um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente.

Muito embora a atitude eclética dispensada à matéria pareça se chocar, em uma perspectiva inicial, com o pensamento de estudiosos como CHARLES ROSTAING, para quem a “lingüística” é o “princípio essencial desta ciência” (1), na realidade nada existe de contraditório entre as duas posições. Em sua feição intrínseca, a Toponímia deve ser considerada como um fato do sistema das línguas humanas. Tanto assim que ULLMANN já salientara haver o estudo dos *nomes próprios*

(1) — *Les noms de lieux*. Paris, Presses Universitaires de France, 1958, p. 6 (Col. “Que sais-je?”).

se afirmado, “recentemente, como um ramo da lingüística quase independente”, com “seus congressos próprios e revistas especializadas. Esta ciência conhecida por *Onomástica*, tem duas divisões principais: a *Toponímia*, estudo dos nomes de lugar, e a *Antroponímia*, estudo dos nomes de pessoas” (2)

Toponímia e Onomástica acham-se, assim, em uma verdadeira “relação de inclusão”, em que aquela será sempre, desta, “uma parte de dimensões variáveis”

Logo, apenas o emprego dos signos lingüísticos é que se torna especial nas ciências onomasiológicas; ou, em outras palavras, a função significativa dos mesmos é que se diferencia quando a Toponímia os transforma em seu objeto de estudo.

Exemplificando:

A categorização lingüística de “canoa” inclui o termo no conjunto dos designativos ou nomes comuns, enquanto o sintagma toponímico *morro da Canoa* — em que *morro* é o acidente geográfico de natureza física e *Canoa* o topônimo propriamente dito — identifica um *ergotopônimo* (3)

O uso particularizante do código de comunicação verbal, portanto, além de definir o campo conceitual da disciplinas, justifica o exame da nomenclatura geográfica em suas características internas (filiação lingüística dos topônimos e respectiva pesquisa /etimológica) e externas ou semânticas (motivação toponímica)

Todo signo, diz PIERRE GUIRAUD, é um “estímulo associado” (4), natural (imagens ou ícones) ou artificialmente (símbolos)

Nos signos iconográficos, haveria, por assim dizer, uma relação isomórfica entre o denotante e o denotado, isto é, haveria motivação sígnea.

Mesmo nos símbolos, porém, o característico arbitrário, para alguns estudiosos, pode assumir um caráter relativo, em virtude de uma possível correspondência analógica o significante e o significado, quan-

(2) — *Semântica. Uma introdução à ciência do significado*. Trad. J.A. Osório Mateus, 3. ed., Lisboa, Fund. C. Gulbenkian, 1964, p. 161.

(3) — DICK, Maria V. P. do Amaral — “O problema das taxonomias toponímicas. Uma contribuição metodológica”. Separata da *Revista de Letras*. São Paulo, Faculd, Filosof., Letr. e Cienc. Human. da Univer. de S. Paulo, v. 4, 373-380, 1975.

(4) — *La sémantique*. 5. ed., Paris, Presses Universit. de France, 1966, p. 12.

do estejam, por exemplo, em situação metonímica. Como diz GUIRAUD, “la croix est le symbole de la chrétienté, la colombe est le symbole de la paix” (5) E o símbolo, em PEIRCE, é entendido como “aplicável a tudo aquilo que possa concretizar a idéia relacionada com a palavra. Por si mesmo, entretanto, não identifica as coisas”, mas “supõe que somos capazes de imaginar tais coisas e a elas associou a palavra (. . .)” “O símbolo se relaciona a seu objeto por força da idéia do espírito-que-usa-o-símbolo, sem o que uma conexão de tal espécie não poderia existir” (6)

Diante dos princípios teóricos mencionados, quais sejam, a “arbitrariedade do signo lingüístico”, a “motivação iconográfica” e o “relacionamento ideológico do símbolo com o objeto”, a aproximação do signo toponímico a um desses postulados apresentará, sem dúvida, algumas feições características e, mesmo, uma visão diferente do problema, em alguns casos.

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, *marcando-o duplamente*: o que era *arbitrário*, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente *motivado*, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo.

O duplo aspecto da motivação toponímica transparece, assim, em dois momentos:

— primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico;

— e, a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas.

Essas duas modalidades de aferição do fenômeno motivador dos topônimos configuram perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo da Toponímia e irão, realmente, influir na formalização das taxonomias dos nomes de lugares.

(5) — “La sémiologie”. IN: POTTIER, B. — *Le langage. Les dictionnaires du savoir moderne*. Paris, Denöel, 1973, p. 456.

(6) — *Semiótica e filosofia*. S. Paulo, Cultrix, 1972, p. 129.

A própria tipologia expressiva dos designativos poderia, entretanto, justificar, até certo ponto, uma configuração icônica, ou mesmo simbólica, de sua significância. As *expressões onomásticas* exerceriam referidas funções desde que seus elementos constitutivos evidenciassem a existência de um *vínculo entre elas* e o seu *referente* — acidente geográfico físico: rio, lago, morro, montanha, etc., ou humano: vila, povoado, cidade rodovia ponte etc.

Em tais circunstâncias, o signo lingüístico em função toponímica representaria uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica (ou transparência) de seu significado. Haveria, por assim dizer, uma relação unívoca entre os termos implicados quando traduzam referências de *cor, forma, tamanho, constituição natural*, enfim, o que ocorre em rio *Grande*, rio *Pequeno*, ribeirão *Preto*, córrego *Branco*, riacho *Fundo*, lagoa *Rasa*, ilha *Comprida*, aldeia *Velha*, vila *Nova*, ponte *Quebrada*, entre tantos outros semelhantes (7)

Note-se que a aproximação do topônimo aos conceitos de ícone ou de símbolo, sugerido pela própria natureza do acidente nomeado, conforme o evidenciaram os exemplos referidos, vai por em relevo outra das características do onomástico toponímico, qual seja não apenas a *identificação* dos lugares mas a *indicação* precisa de seus aspectos ou antropoculturais, contidos na denominação. Dentro, assim, de uma teoria de comunicação toponímica, cujo objetivo deveria ser não apenas identificar acidentes a partir de um nome, e, sim, correlatamente, o emprego de uma técnica discriminativa que os precisasse em sua situação geográfica, não parece haver dúvida de que tal nomenclatura atenderia, de maneira hábil, a esses fundamentos. Mesmo porque, através desses recursos, a mensagem emitida e consubstanciada no nome a ser interpretado, atingirá plenamente os receptores.

Por outro lado, a idéia de “indicação” de algo, ou de “identificação” dos seres, que teóricos da linguagem costumam aplicar aos nomes próprios, opondo-os aos nomes comuns, cuja principal evidência seria a de “significar”, não deve ser aceita com rigor nas ciências onomásticas. Pois, tanto os topônimos como os antropônimos, ao lado de uma *função identificadora*, guardam, em sua estrutura imanente, uma *significação* precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais. Veja-se, a respeito, a opinião de ULLMANN, ao tratar dos valores “designativos” e “conotativos” atri-

(7) — Em certos casos, entretanto, a referência denotada pelo topônimo pode não se aplicar à uma qualidade absoluta do local, mas apenas relativa, decorrente do confronto entre dois acidentes vizinhos. Só o conhecimento particular poderá conduzir, então, à verdadeira causa denominativa.

buidos aos nomes próprios e comuns: naqueles, “mesmo quando derivam de elementos expressivos, o seu significado não é relevante: *Dartmouth* recebeu, sem dúvida, o nome por virtude da sua situação na foz do Dart, mas continuaria a ter este nome, mesmo que a foz do rio fosse obstruída pelas areias, ou que o seu curso fosse desviado por um terremoto” (8)

Argumentando-se com a última parte da citação, no que se refere, explicitamente, à manutenção do designativo apesar do desaparecimento de suas causas motivadoras, qual seja a situação peculiar do acidente (“foz do Dart”, no caso mencionado), esses dois fatos — *presença* (ou permanência) do nome mesmo em *ausência* do motivo determinante ou concorrente de sua formação — tornam clara outra das características mais significativas do topônimo: sua interpretação como um verdadeiro *fóssil lingüístico*, expressão tomada ao geógrafo francês JEAN BRUNHES, que o consideravam um “fóssil da geografia humana”

Realmente, alguns estudiosos da toponímia procuram assim defini-lo em razão da importância de que se reveste como fonte de conhecimento, não da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário.

JOAN COROMINAS, estudando a toponímia argentina da região de Cuyo, não só a proveniente da dialetologia indígena como a decorrente do próprio vernáculo, salienta o papel do topônimo como meio de conservação de diversas formas castelhanas em desuso na língua falada. Tanto ocorre com *valle*, substituído por *quebrada*, e de que a nomenclatura geográfica conservou as expressões *Los Vallecitos*, *Valle Fértil*, *Valle Hermoso*, *Valle del Cura*; ou com *manantiel*, substituído por *vertiente*, do qual permaneceram *Alto de los Manantiales*, *Los Manantiales*. Os diminutivos em *-illo* foram superados pelas formações em *-ito*, mas conservaram-se presentes em *Potrerosillos*, *Paramillos*, *Plumerillos*, *Ranchillos*, *Tambillos*, *Hornillos* (9)

Relativamente ao Brasil, a cristalização semântica dos topônimos, ou seja, a sua persistência como signos geográficos, mesmo quando seus elementos componentes deixaram de ser facilmente identificáveis pela população local, adquire considerável importância. Isto ocorre principalmente quando se trata da reconstituição de falares indígenas já extintos, como aconteceu com o Tupi Quinhentista, no dizer de ANCHIETA a língua mais geral usada na costa do país, no século XVI.

(8) — *Semântica*, p. 153.

(9) — “Toponomastica cuyana. Orientaciones”. IN: *Tópica Hespérica*. Madrid, Editor. Gredos, 1972, p. 121-122.

Da contribuição desse idioma ao português, em termos valorativos, já trataram historiadores e lingüístas. Por sua vez, a Toponímia também prossegue na tarefa de preservação de tais onomásticos que, de modo autêntico e espontâneo, individualizaram os acidentes da terra, numa freqüência que atinge a milhares de nomes. Se as denominações tópicas, mesmo quando relativas à realidade circundante atual, se revestem de uma significação histórico-cultural, muito maior, sem dúvida, será o seu papel quando a análise efetuada possibilitar inferir estilo de vida diferentes, traduzidos em um código lingüístico diverso, e dos quais, muitas vezes, os vestígios perceptíveis se inscrevem apenas em nomes geográficos.

THEODORO SAMPAIO nos deixou a lição, hoje indiscutível, de que se deve recorrer sempre aos designativos autóctones a fim de se obter, através da correta interpretação etimológica, o “fundamento para uma identificação de lugares, na certeza de que o significado desses nomes indígenas traduzem fielmente a característica natural de cada localidade” (10). Pois, como já afirmara LÉVI-STRAUSS, “nunca, e em parte alguma, o “selvagem” foi, sem dúvida, esse ser mal e mal saído da condição animal, ainda entregue ao império de suas necessidades e de seus instintos que, freqüentemente, nos aprouve imaginar e, tampouco, essa consciência dominada pela afetividade afogada na confusão e participação” (11)

Não é de se estranhar, portanto, a existência de uma relação analógica entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena, notada em designativos como *Botucatu* (AH SP), *Catanduva* (AH SP), *Paraíba* (R. SP), *Paranapiacaba* (Sa. SP), entre outros.

Os fatos mencionados serão suficientes, por certo, para ilustrar a comparação entre as antigas expressões toponomásticas — reveladoras, por vezes, como se disse, não apenas dos característicos típicos de uma região, firmados na nomenclatura, descritiva ou associativamente, como também das línguas porventura falada no local, em épocas anteriores — e as espécies animais e vegetais fossilizadas.

Do mesmo modo que estas se tornam indispensáveis à reconstituição de informes zoo e fitogeográficos, assim também as primitivas formações toponímicas podem ser entendidas como elementos auxiliares da pesquisa histórica, desde que, nelas, quantas vezes, não está gravada a “vitalidade de uma forma alóglota”, permanecida viva na língua que então veio a ser falada no local.

(10) — *O tupi na geografia nacional*. 2. ed. cor. e aum. S. Paulo, “O Pensamento”, 1914, p. 5.

(11) — *O pensamento selvagem*. Trad. M. Celeste da Costa e Sousa e Almir de O. Aguiar, 2. ed. S. Paulo, Cia. Edit. Nacion., 1976, p. 62.

Mas esta fundação cristalizadora da significância só se torna possível porque o nome de lugar exerce, concomitantemente, o papel de uma verdadeira crônica, em que os fatos atuais se projetam no futuro através da inscrição onomástica, possibilitando, dessa forma, a sua análise posterior.